

Zenaide Azeredo



Trunfo eleitoral para Fernando Henrique

Às vésperas da realização do leilão para a privatização da Embratel e do sistema Telebrás, o que se vê é a repetição das cenas ocorridas durante a desestatização de outras empresas. Centenas de ações na Justiça para bloquear o pregão, convocação dos sindicatos para que seus filiados se reúnam diante da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro e a consequente mobilização da Polícia Militar.

Passada a fase de ataques da oposição, aqui inseridas a redução de um preço de US\$ 120 bilhões para US\$ 13 bilhões, as demissões que fatalmente se seguirão e a entrega de um valioso patrimônio nacional para o capital estrangeiro, a esquerda está se convencendo de outro fato. A privatização das telecomunicações brasileiras será um trunfo eleitoral para o candidato Fernando Henrique Cardoso. Principalmente porque seus resultados só poderão ser auferidos em dois anos, segundo prognóstico do deputado José Genoíno (PT-SP).

O Governo, por seu turno, não

renovou seu discurso. Garante que a telefonia no País vai melhorar, que os mais eficientes serviços de telecomunicações pertencem aos países que os privatizaram e que as classes menos privilegiadas terão acesso às linhas de telefones fixos e celulares.

Tudo dentro do figurino, sem muito questionamento por parte da população e com um final feliz para o Governo que, dentro de algum tempo, estará fornecendo planilhas com resultados positivos sobre a Embratel/Telebrás privatizadas, a exemplo do que vem alardeando sobre a Vale do Rio Doce, Light, Usiminas, Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) e Rede Ferroviária Nacional, dentre outras.

Apesar do aparente céu de brigadeiro nesse processo de privatização da Embratel/Telebrás, algo aconteceu nos bastidores da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) e das Forças Armadas. As comunicações militares foram tratadas num capítulo à parte, objeto de estudo do Esta-

do-Maior das Forças Armadas (EMFA) e da Anatel. Cláusulas específicas foram negociadas ao longo dos últimos três meses, secretamente, na tentativa de preservar as informações militares, que se encontram centralizadas no Sistema de Comunicações Militares (Siscomis).

Tanto os militares se preocupam com o sigilo de suas informações que Exército, Marinha e Aeronáutica montaram seus canais próprios: a Banda X, no Brasilsat 2, e a Banda C, nos satélites A2 e A3. No que diz respeito à Banda C, há um agravante, pois ela se destina à cobertura de toda a Amazônia e não está ainda totalmente implantada. Amazônia e soberania, para os militares, são questões indivisíveis. O EMFA silencia sobre o que está sendo decidido, tendo se limitado a divulgar, em nota, que o ministro, general Benedito Leonel, apóia a decisão do Governo de privatizar a Embratel.

Em meio a tanto sigilo e contra-informações, o que se sabe é

que os militares exigiram a introdução, no contrato, de uma cláusula que garanta a inviolabilidade de suas mensagens. O ministro da Aeronáutica, brigadeiro Lélcio Lôbo, foi um dos que levou essa preocupação ao ministro das Comunicações. "Ele vai nos atender. O sigilo será mantido através de um sistema de criptografia", revelou. Isso significa que se alguém interceptar uma comunicação militar não poderá compreendê-la, por se encontrar em linguagem codificada.

Se no caso das comunicações militares essas precauções se fizeram necessárias, qual a garantia de que tudo vai dar certo? Afinal, até o presidente Fernando Henrique Cardoso, no início de seu Governo, não imaginava privatizar a Embratel, como confessou em depoimento ao jornalista Roberto Toledo. Disse o Presidente que só se decidiu por causa do clientelismo político existente no setor.

